

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website : www.africa-union.org

**RELATÓRIO DA TERCEIRA SESSÃO DE REFLEXÃO DOS
EMBAIXADORES AFRICANOS EM ADIS ABEBA SOBRE A
AGENDA DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA**

1 – 4 DE MAIO DE 2004

CIDADE DO CABO, ÁFRICA DO SUL

RELATÓRIO DA TERCEIRA SESSÃO DE REFLEXÃO DOS EMBAIXADORES AFRICANOS EM ADIS ABEBA SOBRE A AGENDA DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA

1 – 4 DE MAIO DE 2004

CIDADE DO CABO, ÁFRICA DO SUL

INTRODUÇÃO

1. A Terceira Sessão de Reflexão dos Representantes Permanentes dos Estados Membros da União Africana realizou-se de 2 a 4 de Maio de 2004, no Hotel Western Cape and Spa, Kleinmond (Cidade do Cabo) África do Sul. O propósito deste retiro foi o de reflectir sobre os desafios para a Paz e Segurança em África e suas possíveis soluções. Teve também como objectivo explorar modalidades práticas para o reforço da estrutura de paz e segurança da União Africana, particularmente o novo Conselho de Paz e Segurança (CPS).

2. A 3ª Sessão de Reflexão foi organizada pelo Departamento de Paz e Segurança da Comissão, em colaboração com o novo governo da África do Sul, o PNUD e a SaferAfrica. O mesmo centrou-se a volta dos seguintes temas: 1) Métodos de Trabalho do Conselho de Paz e Segurança; 2) O Papel da NEPAD na consolidação da Paz e do Desenvolvimento em África; 3) Mobilização de Recursos para o Fundo de Paz da UA em Apoio as Iniciativas de Paz e Segurança Africanas; 4) Criação da Força Africana em Estado de Alerta; 5) Alerta Prévia e Resposta Rápida e 6) Relações entre a UA e as Comunidades Económicas Regionais (CERs) com Especial Ênfase sobre o Mecanismo Africano de Paz e Segurança: Coordenação e Harmonização.

3. Tomaram parte nesta Sessão de Reflexão, trinta e sete (37) Representantes Permanentes dos Estados Membros da UA em Adis Abeba. Outros participantes incluíram S. E. Aziz Pahad, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul em representação da Dr. Nkosazana Zuma, Ministra dos Negócios Estrangeiros; o Representante do PNUD junto da UA Sr. Fidel Dionou; Representantes da Comissão da UA; Peritos das NU, bem como representantes da SaferAfrica.

II. ABERTURA

4. O Comissário da UA para a Paz e Segurança, Embaixador Said Djinnit, presidiu a Cerimónia Oficial de Abertura, agradecendo a todos os participantes por terem respondido positivamente ao convite feito pela Comissão.

5. O Comissário recordou as duas Sessões de Reflexão de Embaixadores Africanos realizados previamente em 1998 e 2002, respectivamente. Notou o pensamento progressivo que guiou a Comissão na conceptualização e organização dos três retiros

de reflexão, realçando o facto de que a ideia era de fazer com que cada retiro se tornasse mais inclusivo e trouxesse temas que pudessem estimular discussões e responder aos desafios quotidianos sobre a paz e segurança em África.

6. O Embaixador Djinnit informou aos participantes sobre os objectivos da 3ª Sessão de Reflexão destacando a importância de se examinarem os desafios à paz e segurança em África e a necessidade de se analisar as modalidades práticas de mobilização de recursos para o reforço da efectividade do Conselho de Paz e Segurança na promoção e manutenção de paz e segurança em África. Ele afirmou que a 2ª Sessão de Reflexão que se realizou em George, em 2002, tinha sido um sucesso e conduziu ao aparecimento de uma nova plataforma de segurança para o continente. Neste contexto disse ele, que esperava que a 3ª Sessão de Reflexão pudesse ser igualmente um sucesso e gerasse recomendações sobre o caminho a seguir, com vista a enfrentar os desafios para a paz e segurança em África.

7. O Comissário concluiu a sua alocução agradecendo ao PNUD, SaferAfrica e ao Governo da África do Sul, pelo apoio prestado à Comissão na organização e realização da 3ª Sessão de Reflexão. Estendeu os seus agradecimentos especiais à S. E. Aziz Pahad, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, e através do mesmo, congratulou o Governo da África do Sul e o Partido do ANC, pelo sucesso das eleições recentemente realizadas.

III. DISCURSO DE S. Exc^a. AZIZ PAHAD, VICE-MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ÁFRICA DO SUL

8. O Vice-Ministro iniciou a sua intervenção realçando a organização atempada da 3ª Sessão de Reflexão, num momento em que o mundo acabava de comemorar o Décimo Aniversário do Genocídio do Rwanda, um acontecimento que demonstrou o fracasso da comunidade internacional e da África em prevenir os mais horrorosos assassinatos e catástrofe humano da história recente. De acordo com o Ministro, as memórias do genocídio num pano de fundo de conflitos prevaletentes no Burundi, Côte d'Ivoire, Darfur, Sudão e Somália, deveriam guiar os participantes nos seus esforços de procura de soluções permanentes. Ele sublinhou que os problemas que afectam o continente têm sido agravados pela pobreza prevaletente e pelo sub-desenvolvimento. Neste contexto, apoiou a ideia de que a paz no continente não podia ser alcançada sem desenvolvimento e vice-versa, e que a NEPAD poderia jogar um papel crucial na criação de um clima conducente à paz e segurança, e que para este efeito, teria que vencer os desafios para o desenvolvimento de África.

9. Congratulou a entrada em vigor do Conselho de Paz e Segurança, sublinhando o facto de que as decisões do Conselho podem ter um impacto real sobre o continente. Apelou aos restantes membros do CPS a tomarem seriamente as suas responsabilidades de forma a irem de encontro às expectativas dos povos africanos. Tendo em conta a importância de que se reveste o CPS, o orador sublinhou a

necessidade deste órgão se reunir regularmente e em sessões contínuas, com vista ao seu sucesso.

10. Ele realçou ainda a necessidade da 3ª Sessão de Reflexão discutir o papel do CPS na reconstrução pós-conflito e prevenção de conflitos vis-à-vis ao sistema de Alerta Prévio, o Painel dos Sábios e a Força Africana em Estado de Alerta. Por isso, existe uma forte necessidade de se acelerar e assegurar a operacionalização dos mecanismos de paz e segurança do continente, especialmente o sistema de Alerta Prévio no continente, o Painel de Sábios e o ASF, bem como a Política Comum de Defesa e Segurança Africana e o de se reforçar as relações entre a UA e as CERs, e que poderia contribuir para o bom funcionamento do CPS.

11. O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros reiterou a importância do papel das NU como parceiro na promoção e manutenção da paz e segurança em África. Ele recordou que a reunião do Diálogo Europa – UA, realizada em Dublin, em Fevereiro de 2004, confirmou a grande importância do multilateralismo e parceria, que deveriam servir de base para o trabalho do CPS. Nesta óptica, ele sublinhou a necessidade do CPS negociar com a ONU e exigir reformas dos órgãos deste último, tomando em conta as preocupações do continente.

12. Finalmente, o orador salientou a necessidade desta 3ª Sessão de Reflexão fazer recomendações aos Chefes de Estado e de Governo em como a União Africana e os Estados Membros se poderiam relacionar com as instituições da Bretton Woods, e provocar uma reforma positiva nessas instituições a fim de contribuir para o desenvolvimento de África.

IV. ADOÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO

13. O seguinte programa de trabalho foi adoptado pela 3ª Sessão de Reflexão:

Sessão da Manhã	:	9H00	-	12H00
Almoço	:	12H00	-	13H45
Sessão da Tarde	:	13H45	-	18H00

V. O PAPEL DA NEPAD NA CONSOLIDAÇÃO DA PAZ E DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

14. A Sessão foi presidida pelo Embaixador Omar A. Touré, Representante Permanente da Gâmbia junto da UA. O principal orador foi o Professor Wiseman Nkuhlu, Presidente do Comité Directivo da NEPAD.

15. Na sua apresentação, o Professor Nkuhlu destacou o papel da NEPAD na promoção da Agenda da União Africana sobre a Paz e Segurança, particularmente como um mecanismo para o aceleração do desenvolvimento sócio-económico no

continente, e de mobilização de recursos necessários para esse efeito. Recordou aos participantes que a NEPAD foi criada sob a premissa de que factores como a governação (inadequada) haviam contribuído para o fraco desenvolvimento económico em África. Com vista a acelerar o ritmo de desenvolvimento, a NEPAD é guiada por um novo pensamento baseado em certos princípios e valores fundamentais, tais como a integração regional, parceria, democracia, e boa governação política e colectiva. Neste contexto, sublinhou a importância do Mecanismo Africano de Revisão dos Pares (MARF), na monitorização do progresso realizado pelos países africanos e assegurar as condições propícias para um desenvolvimento sustentável. Ele lamentou o facto que até à altura, somente 19 países assinaram aquele Mecanismo.

16. O Professor Nkuhlu defendeu que, ao jogar este papel crucial a NEPAD ajudara a identificar e chamar a atenção sobre os factores político, sociais e económicos subjacentes às causas do subdesenvolvimento em África. Acrescentou ainda, que a NEPAD também facilitara o diálogo sobre questões de desenvolvimento entre a África e os seus parceiros de desenvolvimento, incluindo o G-8 e a União Europeia. A este respeito, ele informou aos participantes acerca do Fórum da Nova Parceria Africana (FPA) que foi criado com o objectivo de promover este diálogo e a agenda de paz e segurança africana. Deste modo a NEPAD ajudou a criar um clima conducente a paz e segurança e ao diálogo político. O professor Nkuhlu realçou que o papel chave que a NEPAD está a desempenhar na mobilização de recursos para a agenda de paz e segurança em África e como este papel poderia ser reforçado na reconstrução pós-conflito e na instauração da paz.

17. Na discussão que se seguiu, muitos dos participantes que pediram a palavra sublinharam a importância da NEPAD e, em particular a sua (MARF) na criação de condições adequadas para o desenvolvimento e paz em África. Os seguintes pontos e recomendações foram enfatizados:

- i) A NEPAD deveria continuar a criar condições propícias à paz e segurança, através da promoção do diálogo entre os países africanos e também entre a África e a comunidade internacional, bem como da mobilização dos recursos necessários;
- ii) Os países africanos devem ser encorajados a tomar parte no Mecanismo Africano de Revisão dos Pares;
- iii) Mais esforços devem ser envidados com vista a mobilização de recursos dentro do continente;
- iv) A reconstrução pós-conflito deva incluir a noção de construção da Nação, e deverá estar focalizado sobre a melhor maneira de engajar as partes ou combatentes, com vista ao estabelecimento da confiança entre as partes e criar um espaço para a construção das instituições e infra-estruturas necessárias para a construção da Nação, foi

sublinhado que o conceito de construção da nação deveria ser integrado na reconstrução pós-conflito);

- v) Deve-se analisar o aspecto humanitário na reconstrução pós-conflito, particularmente as necessidades dos refugiados, pessoas deslocadas e regressados;
- vi) O papel da União Africana na reconstrução pós-conflito deve ser claramente definido e realçado;
- vii) A NEPAD deve ser integrada e harmonizada com os diferentes programas da UA, para se evitarem duplicações;
- viii) O CPS deve abordar as causas principais de conflitos; e as estratégias para a sua prevenção;
- ix) A necessidade de criação de parcerias entre os países africanos, com a sociedade civil, CERs e com a comunidade internacional e outras partes importantes, na prevenção, gestão e resolução de conflitos.

VI. MÉTODOS DE TRABALHO PARA A PAZ E SEGURANÇA

18. Esta Sessão foi presidida pela Embaixada Ana N. Uaiene, Representante Permanente de Moçambique junto da União Africana e Presidente do CRP. Teve como oradores os Embaixadores Baso Sangqu, Representante Permanente da República da África do Sul junto da União Africana e o Embaixador Shola Omoregie, perito das Nações Unidas, na Divisão do Conselho de Segurança.

19. Na sua apresentação, o Embaixador Sangqu salientou a necessidade ao se desenvolverem os métodos de trabalho do CPS e que tomassem em consideração os princípios e objectivos que o norteiam e que estes métodos reflectissem o tipo de CPS que o continente quer criar. Ele levantou uma série de questões que a 3ª Sessão de Reflexão deveria abordar em relação aos métodos de trabalho do CPS. Estes incluem: Como assegurar o princípio de inclusividade no CPS; como reforçar o papel dos membros do CPS vis-à-vis o da Comissão da UA; como é que o CPS se deve relacionar com o Conselho de Segurança das Nações Unidas; que forma devem tomar as decisões do CPS; como estabelecer ligações entre o CPS e outras instituições, tais como o Sistema Continental de Alerta Prévio, o Painel dos Sábios, a Força Africana em Estado de Alerta, o Parlamento Pan-Africano, o Tribunal Africano de Justiça, etc; e o papel do Presidente do CPS.

20. Por sua vez, o Embaixador Omoregie observou que os métodos de trabalho ou questões de procedimento em geral são um processo evolutivo, que é constantemente emendado, sempre que necessário, na base das circunstâncias prevaletes. Sublinhou que o CPS deveria estabelecer prioridades no seu trabalho, e apresentar um conjunto de recomendações gerais que serviriam de guia na formulação da Agenda do CPS, no programa mensal de trabalho, no papel do Presidente do CPS, Secretariado do CPS; tipos de reunião, decisões do CPS, gestão do tempo, grupos de trabalho e missões do CPS no terreno

21. Durante a troca de pontos de vista que se seguiu, fizeram-se as seguintes recomendações e vários pontos foram enfatizados:

- i) O CPS deve evitar o processo de dois pesos e duas medidas, e de ser consistente na maneira com lida com todos os conflitos no Continente;
- ii) Os membros do CPS devem ser guiados pelos interesses globais do continente e não por meros interesses nacionais ou regionais;
- iii) Os membros do CPS devem ser encorajados a manter as suas respectivas regiões informadas sobre o trabalho do CPS;
- iv) Os mesmos do CPS deverão desenvolver as suas capacidades por forma a melhor assumirem as suas responsabilidades;
- v) Os membros devem ser encorajados a elaborar Projectos de resoluções;
- vi) O Presidente "do mês" do CPS deve-se radicar em Adis Abeba durante todo o mês que estiver na presidência;
- vii) O CPS deve adoptar decisões em adição aos comunicados;
- viii) O CPS deve assegurar que os procedimentos usados para os informes a todos os níveis, sejam transparentes e melhor coordenados entre os membros;
- ix) O CPS deve estabelecer prioridades claras para não perder o foco;
- x) O CPS deve fazer um levantamento do stock existente e fazer uma lista de todos os artigos manuseados pelo Órgão Central, numa ordem sequencial. Depois, deverá reunir-se e decidir o que herdar do stock existente;

- xi) O novo Presidente do CPS deve elaborar um programa do mês, que deverá ser submetido à Comissão para que, informalmente, seja debatido entre os seus membros para sua adopção;
- xii) A Comissão como uma questão prioritária, deveria acelerar o processo de criação do Secretariado do Conselho de Paz e Segurança no seio do PSD;
- xiii) O Presidente da Comissão deve ajudar o novo Presidente do CPS a elaborar o plano do mês;
- xiv) O Presidente do mês e o Presidente da Comissão devem fazer levantamento de todas as actividades levadas a cabo pelo CPS durante o mês e qualquer outro trabalho ou assunto ainda em agenda do CPS, com vista a entregar ao novo Presidente;
- xv) Os membros do CPS devem-se responsabilizar pela elaboração de projectos de resolução e sua negociação;
- xvi) Deve-se designar pessoal de apoio para trabalhar com o novo Presidente;
- xvii) As decisões do Conselho devem ser emitidas somente sobre questões específicas e deverão ter um código, em vez da prática corrente de agrupar diferentes assuntos num só comunicado;
- xviii) Com vista ao seu funcionamento mais efectivo, o Conselho deve considerar, a criação de grupos de trabalho *Ad Hoc* e órgãos subsidiários;
- xix) No planeamento de missões de trabalho no terreno, uma atenção deve ser dada ao seu tamanho, composição e objectivos do mandato;
- xx) De quando em vez, o Conselho deve planear visitas às zonas de conflito;
- xxi) O Secretário do CPS e outro pessoal de apoio deverão ser recrutados ou designados o mais rapidamente possível;
- xxii) O princípio da "inclusividade" e transferência devem guiar os métodos de trabalho do CPS;
- xxiii) Com vista a que o CPS trabalhe com mais celeridade e eficácia, deve ser designada uma Unidade do Departamento dos Serviços de Conferência, para trabalhar exclusivamente com o CPS;

- xxiv) Devem-se encorajar a todos os Estados Membros a ratificarem/aderirem ao Protocolo que cria o CPS;
- xxv) Deve ser enfatizado que no contexto do Acto Constitutivo, as decisões do CPS sejam vinculativas a todos os Estados Membros da União Africana; e
- xxvi) O CPS deverá continuar com as sessões de reflexão sobre os seus métodos de trabalho.

VII. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA O FUNDO DE PAZ DA UA EM APOIO AS INICIATIVAS DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANAS

22. Esta Sessão foi presidida pelo Embaixador John Evonlah Aggrey, Representante Permanente da República do Gana, junto da União Africana. O principal orador foi o Representante do PNUD junto da União Africana e Chefe do Gabinete de Ligação com a Comissão Económica para a África (CEA) Sr. Fidel Dionou.

23. Este começou a sua alocução destacando a necessidade de criação de uma base de dados para o Fundo da Paz em consonância com os esforços em curso com vista a formulação de uma visão e um plano estratégico de implementação de 4 anos, particularmente na área de paz e segurança. Ele sublinhou a importância de mobilização de recursos dentro de África, especialmente no seio dos Estados Membros, e também nos dos parceiros exteriores para a Comissão atingir os seus objectivos. As suas observações centraram-se nas seguintes áreas: o conceito de mobilização de recursos, a experiência do PNUD, o Projecto AU/PNUD e um conjunto de recomendações para a UA.

24. Durante a troca de pontos de vista gerais que se seguiu, muitos dos participantes que pediram a palavra sublinharam a necessidade de mobilização de mais recursos dentro do continente, e particularmente dos Estados Membros da UA para permitir que a União tenha o controlo e a pertença sobre o mecanismo e sistemas de paz e segurança no continente. Os seguintes pontos e recomendações foram realçados:

- i) A responsabilidade pela mobilização de recursos para o Conselho, deve ser confiada a uma unidade separada e especializada na mobilização de recursos, que deve estar operacional o mais rápido possível;
- ii) A UA deve analisar todas as possibilidades de aumentar as taxas sobre a importação/exportação de artigos que são específicos ao conflito, tais como armas, como o fim de angariar fundos;

- iii) O Fundo de Paz deve ser divulgado entre os Estados Membros e estes últimos devem ser encorajados a canalizar as suas contribuições ao Fundo;
- iv) Deverá existir transparência e um mecanismo adequado de informação e prestação de contas, na gestão do Fundo de Paz;
- v) A percentagem do orçamento reservada para a componente "Prevenção" do CPS deve ser aumentada de modo a permitir que seja aplicada em mais programas preventivos;
- vi) Um Fundo global para a recolha de todos os recursos designados aos diferentes programas da Comissão, deve ser criado. Este fundo ou alguns aspectos do mesmo, terão que ter um código e o nome do mesmo pode ser o de uma personalidade africana ou um africano na diáspora ou outros nomes atraentes de forma a encorajar o sector privado e outros indivíduos, a contribuírem para este fundo;
- vii) Os programas de mobilização de recursos da Comissão e seus departamentos, devem ser coordenadas com os das CERs;
- viii) Estruturas apropriadas e plataformas tais como o Parlamento Pan-Africano, a Diáspora, as Organizações de Mulheres e Jovens, a Sociedade Civil, etc, devem ser utilizadas para sensibilizar os africanos em relação ao Fundo de Paz e o "Fundo Global";
- ix) O Fundo de Paz deve ser pertença da União Africana, e por si controlada;
- x) Devem ser criadas estratégias para a gestão efectiva e racionalização dos recursos destinados a paz e segurança, incluindo medidas de redução da utilização dos recursos mobilizados através de maiores investimentos em programas de prevenção menos onerosos;.

25. Em relação ao Fundo de Paz foram feitas as seguintes recomendações:

- i) Um processo de consultas deve ser iniciado logo no começo. Os parceiros devem ser envolvidos na formulação dos projectos de documentos, na sua finalização e eventualmente deverão ser actualizados sobre o processo de implementação;

- ii) Os projectos de documentos devem ter objectivos claramente identificados, estratégias e actividades de acordo com os objectivos definidos;
- iii) A UA deve criar dentro da Comissão uma cultura de parceria a todos os níveis;
- iv) A União deve promover o Fundo de Paz e outras iniciativas de Paz relacionadas como “ produtos especiais” com os objectivos e estratégias claras para popularizá-las, junto aos Estados Membros e parceiros externos;
- v) A Direcção de Paz e Segurança (DPS) poderia elaborar uma brochura claramente articulada sobre o Fundo de Paz, detalhando os seus objectivos, resultados esperados das actividades, incluindo tabelas financeiras sobre os recursos necessários, informação e circulação;
- vi) O DPS deve criar um programa de mobilização de recursos, indicando numa base anual, a quantidade de recursos a mobilizar, os actuais e potenciais doadores e se possível as actividades a serem levadas a cabo, por cada unidade/pessoa com vista a atingir os objectivos preconizados;
- vii) A UA deve considerar a convocação de uma Conferência ou uma Mesa Redonda de doadores, com o objectivo de mobilizar recursos para o Fundo de Paz;
- viii) A UA devia fazer uma análise da experiência adquirida até a data na mobilização de recursos para o Fundo de Paz;
- ix) Como parte da sua estratégia de mobilização de fundos para a paz, a UA podia identificar projectos específicos que seriam objectivo de uma campanha específica dirigida em particular a certos doadores;
- x) O DPS devia fazer todos os esforços para garantir maior visibilidade ao Fundo de Paz, incluindo no mesmo eminentes personalidades africanas, antigas ou atuais, no continente ou na diáspora;
- xi) A UA devia considerar a criação de uma unidade de mobilização de recursos.

VIII: A UA E O APOIO DA PAZ: CRIAÇÃO DA FORÇA AFRICANA EM ESTADO DE ALERTA

26. Esta sessão foi presidida pelo Embaixador Konjit Sinegiorgis, Representante Permanente da Etiópia junto da UA. O principal orador foi o Brigadeiro General Pal Martins da SaferAfrica.

27. O Brigadeiro General começou por sumarizar os esforços levados a cabo para a criação da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA) e do Comité da Componente Militar (CCM) sublinhando que a sua criação foi originada pela proliferação de conflitos no Continente, o que levou os líderes a procurarem novos caminhos, para superarem o desafio dos conflitos. De acordo com o Brigadeiro Martins, o Protocolo relativo a criação do Conselho de Paz e Segurança encapsula estas preocupações históricas e os princípios e objectivos enunciados no Acto Constitutivo da União Africana.

28. Ele sublinhou que a segunda e terceira reuniões dos Chefes de Estado Maior, realizada em Outubro de 1997 e Maio de 2003 respectivamente, como tendo exposto o conceito e os procedimentos operacionais do FAEA e do CCM, contidos no Quadro de Política para a criação da Força Africana em Estado de Alerta e o Comité da Componente Militar (CCM), que foi adoptado pela Primeira Reunião dos Ministros Africanos de Defesa e Segurança, realizada em Janeiro de 2004.

29. O Brigadeiro General notou que somente uma das Cinco Regiões havia convocado uma Reunião do ACDS, com a finalidade de criar uma brigada a nível regional e, conformidade com a decisão da Primeira Reunião dos Ministros Africanos de Defesa e Segurança. Neste contexto, sublinhou as seguintes áreas para debate: níveis estratégicos multidimensionais e gestão das capacidades das missões a nível regional e a criação de grupos de trabalho regionais, multinacionais e multidisciplinares, iniciativas externas, recursos humanos e financiamento.

30. O Embaixador Ibok complementou as observações do Brigadeiro General, informando aos participantes acerca do processo em curso para a formulação de um Memorando de Entendimento entre a CUA e as CERs, afirmando que o Memorando de Entendimento (MdE) tem como objectivo a harmonização das iniciativas entre a UA e as CERs, bem como reforçar os seus papéis na promoção e manutenção da paz e e segurança em África.

31. Durante o debate que se seguiu, foram salientadas os seguintes pontos e recomendações:

- i) Os pedidos feitos pelas CERs às Nações Unidas e parceiros devem ser em concertação com a CUA. Nesta óptica, a Comissão podia fazer a interface entre as CERs e as NU, bem como outros parceiros;

- ii) O CPS é que deve dar o mandato as brigadas regionais, com vista a garantir a coerência e unidade de acção;
- iii) A União Africana deve continuar a procurar o apoio e a cooperação das Nações Unidas nos seus esforços para a criação e operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta;
- iv) A cooperação e a coordenação das iniciativas entre as CERs, devem ser reforçadas e a duplicação de esforços devem ser evitadas;
- v) As Brigadas Regionais devem ser criadas gradualmente e de acordo com capacidades e recursos existentes nas Regiões. Estas devem ser encorajadas a partilhar experiências e boas práticas;
- vi) A Comissão da União Africana deve prosseguir as suas negociações com a União Europeia, com a finalidade de assegurar o apoio para o instrumento para a paz;
- vii) As actividades e iniciativas das CERs devem ser harmonizadas com as da União Africana;
- viii) Os Estados Membros devem ser encorajados a financiar ou angariar fundos para a criação de brigadas regionais;
- ix) As Nações Unidas e outros parceiros externos incluindo a UE, devem ser contactadas para assistirem na mobilização de recursos e logística necessária a operacionalização da FAE e da CCM;
- x) Deve ser definido o papel para a NEPAD com vista a facilitar o diálogo com o G8, em termos de indicação de áreas prioritárias em que precisa de assistência. No entanto, os Chefes de Estado da Região devem reunir-se e definir os seus planos de implementação;
- xi) A questão de harmonização, racionalização e compatibilidade das Regiões e as suas respectivas CERs deveria ser canalizado aos Chefes de Estado e de Governo, durante o lançamento do Conselho de Paz e Segurança que teve lugar a 25 de Maio de 2004, para a tomada de decisão, com vista a evitar problemas de múltipla adesão;
- xii) A UA deve fornecer assistência e apoio às CERs;
- xiii) A interoperacionalidade do equipamento, (SOPs), Cadeia de Comando, etc. existente a nível continental deve ser escalonada até ao nível regional;

- xiv) As decisões tomadas pelos órgãos da União Africana devem ser oficialmente transmitidas às CERs, com vista a solicitar o seu apoio e cooperação na implementação das mesmas.

IX: ALERTA PRÉVIO E RESPOSTA RÁPIDA

32. Esta Sessão foi presidida pelo Embaixador Emmanuel Mendoume Nze, Representante Permanente da República do Gabão junto da União Africana. A principal oradora foi a Senhora Adwoa Coleman, Chefe da Unidade de Alerta Prévia da Comissão da União Africana.

33. A Sr^a Coleman fez um breve resumo do debate internacional sobre a Alerta Prévia e como se desenvolveu nas Nações Unidas nos anos 80, culminando com a criação da capacidade da Alerta Prévia das Nações Unidas, em 1998, e como este evento gerou uma nova etapa para a criação do sistema de Alerta Prévio continental em África, o que levou à adopção da Declaração do Cairo sobre o Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos de 1993.

34. Ela definiu a Alerta Prévia como consistindo numa processo de recolha de informação, análise de dados e preparação de relatórios que são submetidos aos decisores com recomendações claras sobre a acção política a tomar. Enquanto sublinhava a importância de acção prévia como uma componente chave de um sistema de alerta prévio, ela reconheceu o facto de que o maior problema da (CEWS-SAPC) (Sistema de Alerta Prévio Continental) e a falta de cultura em relação ao Mecanismo de Resposta Rápida aos primeiros sinais de Alerta.

35. Ela detalhou todas as dificuldades encontradas para a criação do Sistema de Alerta Prévio a nível continental, e enfatizou a falta de recursos, a questão da soberania nacional, como sendo muitas vezes os maiores obstáculos. De acordo com a Sr^a Coleman, o Sistema de Alerta Prévia e Resposta Rápida, é uma responsabilidade conjunta dos Estados Membros e da Comissão por essa razão, a cooperação em todos os aspectos entre as 2 partes na criação do Sistema de Alerta Prévio Continental é muito importante.

36. O Embaixador Ibok complementou as observações feitas pela Sr^a Coleman, acrescentando que os esforços empreendido a nível continental culminaram na criação dentro do Centro do Gestão de Conflitos de uma "Sala de Operações" que funciona 24 Horas por dia, durante os dias de semana e 13 Horas nos fins-de-semana. Ele notou que embora a "Sala de Operações" recolha e dissemine informação sobre a situação de conflitos em África, ela não constitui um sistema de Alerta Prévio (SAP).

37. O Embaixador levantou uma série de questões ainda não resolvidas, ligadas aos esforços para o estabelecimento do CEWS-SAPC), para os participantes poderem reflectir sobre elas, durante os debates. Estas incluíram a necessidade de clareza no conceito e definição de Alerta Prévia: o Sistema de Alerta Prévio é definido por um

módulo ou modelo? será definido pelo tipo de acções práticas tomadas pelos decisores? que módulos ou modelos devem guiar a União Africana na criação do CEWS-SAPC. Qual deve ser o ponto de entrada para um conflito e que instituição deverá dar os primeiros passos? As CERs ou a UA? Quais são as obrigações dos Estados Membros no caso de Alerta Prévio/Resposta Rápida? Poderá a UA intervir no unilateralmente num Estado Membro sem permissão no caso de considerar que está perante uma crise séria?

38. No debate que se seguiu, todos os participantes que pediram a palavra reconheceram que um Sistema de Alerta Prévio era crucial na prevenção efectiva de conflitos. Foi também realçado que, aquando da assinatura do Acto Constitutivo da UA e do Protocolo do Conselho de Paz e Segurança, os Estados Membros concordaram em ceder uma parte da sua soberania a favor da Organização Continental, e que a soberania não podia continuar a ser usada, como uma forma de obstacularizar a criação de um Sistema de Alerta Prévio forte. Muitos dos participantes foram de opinião que não existia a necessidade de criação de um Sistema de Alerta Prévio computarizado, sofisticado e caro de acordo com os mesmos o que é preciso é uma capacidade analítica adequada dentro da Comissão e uma Resposta Rápida inovadora. As seguintes recomendações emergiram das discussões:

- i) As "Salas de Operações" Regionais devem estar directamente ligadas à "Sala de Operações" da UA. Devem ser empreendidos esforços com a finalidade de dar assistência e encorajamento as regiões que ainda não criaram as "Salas de Operações"
- ii) O problema de existência de informação sensível deve ser abordada, através da garantia de que os que trabalham no Sistema de Alerta Prévio, sejam discretos e de alto calibre;
- iii) A Comissão deve equilibrar a necessidade de confidencialidade de informação e a partilha da mesma;
- iv) A Unidade de Alerta Prévio dentro da Comissão deve ser simples e não depender por completo de fontes de informação públicas, tais como os medias ocidentais como a CNN e a BBC. UAP deve encontrar fontes alternativas de informação africanas;
- v) No evento de receber informação de Alerta Prévio, o Presidente da Comissão deve enviar emissários aos países em causa, com o objectivo de alertá-los sobre a eminente crise, pedindo aos países que verifiquem a informação dada e assisti-los a tomarem medidas rápidas para prevenir;
- vi) A UA especialmente a Comissão, deve ajudar no reforço da capacidade de Alerta Prévia das CERs, como pilares do Sistema de Alerta Prévio Continental;

- vii) Aos membros do CPS com mandato de 3 anos deve ser dada a responsabilidade de reforçar a capacidade de Alerta Prévio da Comissão. Eles devem cooperar em pleno com a Comissão e ajudar a convencer outros países a cooperarem igualmente com a Comissão, na operacionalização do SAPC (CEWS);
- viii) A UA deve ter uma abordagem gradual ou incrementada de forma a estabelecer o Sistema de Alerta Prévio Continental, começando com a criação de pontos focais regionais e forjando parcerias com as NU, e outras organizações e agências relevantes, bem como organizações da sociedade civil africanas;
- ix) A "Sala de Operações" existente no Centro de Gestão de Conflitos deve servir de base para a criação eventual do Sistema de Alerta Prévio completo e operacional;
- x) O nível nacional deve servir de fonte primária de informação, e ponto focal de recolha de informação e de dados devem ser estabelecidos à nível nacional;
- xi) O Sistema de Alerta Prévio Continental, deve fazer uso dos Escritórios Regionais da UA, Centros Científicos, missões no terreno como fontes de informação de Alerta Prévio;
- xii) A Comissão da UA e o seu Mecanismo de Alerta Prévio devem tomar todas as medidas necessárias com vista a aplacar o medo da perda da soberania dos Estados Membros ou de que a UA estaria envolvida na recolha de informação sobre os seus assuntos internos, e uma maneira de fazer isso, seria estabelecer uma capacidade analítica credível dentro do Sistema de Alerta Prévio;
- xiii) O Presidente da Comissão deve usar os seus bons ofícios, mandatando enviados especiais e outras eminentes personalidades para verificarem alegações de eminentes crises, e uma maneira de o fazer seria operacionalizando o Painel dos Sábios o mais rápido possível;
- xiv) O Mecanismo Africano de Revisão dos Pares (MARP), que deverá fazer estudos sobre o estado da governação nos Estados aderentes ao Mecanismo, deve ser utilizado como outra fonte de informação;
- xv) O Sistema de Alerta Prévio deveria tentar estabelecer acordos de partilha de informação com o Sistema das Nações Unidas e com Organizações da Sociedade Civil, mesmo que isso implique a provisão de apoio a essas organizações da sociedade civil; tais como ligação por via Internet à "Sala de Operações";

- xvi) Os Estados Membros da UA devem ser encorajadas a fornecer informações ao Sistema de Alerta Prévio, para facilitar acções rápidas.

X: RELAÇÕES ENTRE A UA E AS CERs

39. Esta Sessão foi presidida pelo Embaixador Ali Awidan, Secretário do Bureau Popular da Grande Jamahiriya Árabe Popular da Líbia junto da União Africana, tendo como orador principalmente o Embaixador Sam Ibok , Director da Direcção de Paz e Segurança da Comissão.

40. O Embaixador Ibok começou por enfatizar o importante papel das CERs na nova conjuntura da União Africana, particularmente na implementação no novo sistema de segurança do Continente. Este realçou algumas das iniciativas levadas a cabo para o reforço das relações entre a Comissão da UA e as CERs de acordo com as provisões do Acto Constitutivo e do Protocolo relacionado com a criação do Conselho de Paz e Segurança, sublinhando as consultas em curso com vista a finalização de um Memorando de Entendimento (MdE) com as CERs na área de Paz e Segurança.

41. Ele indicou que muitas das questões ligadas às relações entre as CERs e a UA foram cobertas nos debates anteriores e que no entanto, era importante realçar neste sentido, alguns dos desafios críticos no que diz respeito aos esforços do reforço da interacção e de acções conjuntas entre os dois. A este respeito, o Embaixador Ibok sublinhou várias questões que vão de encontro ao reforço, a harmonização e coordenação de actividades entre as CERs e entre estas e a União Africana, como reforçar o papel das CERs na implementação da Agenda de Paz e Segurança da União Africana; como abordar a questão da concorrência entre as CERs e a UA sobre as mesmas fontes de financiamento; como assegurar a unidade e a complementaridade de acções entre as CERs e a UA; como é que a UA poderá impor a sua autoridade e o tipo de liderança que esta deve assumir em relação as CERs; a questão da proximidade e vantagem comparativa em relação a intervenção rápida e as modalidades que devem guiar a criação e mandatos de brigadas a nível regional.

42. No debate que se seguiu, todos os participantes que pediram a palavra reiteraram a importância das CERs como pilares da UA e o papel significativo que deverão assumir na implementação da Agenda de Paz e Segurança da UA. Houve um sentimento unânime entre os participantes sobre a necessidade das CERs de harmonizar e coordenar as suas actividades, com as da Comissão. Em relação a racionalização, foi sentimento comum que a questão era mais política do que técnica, e os esforços feitos com vista a racionalização não devem perder de vista os benefícios e implicações financeiras envolvidas. Foram sublinhados os seguintes pontos e recomendações:

- i) A questão da racionalização deverá ser canalizada aos Chefes de Estado e de Governo, para tomarem uma decisão política sobre o assunto;

- ii) O Memorando de Entendimento (MdE) deve destacar a necessidade de unidade e complementaridade de acções entre as CERs e a Comissão da União Africana, para se assegurar que uma acção tomada por uma CER, deve ser considerada como uma acção africana, e que quando a acção é tomada pela UA, a CER também tenha crédito. De modo a que, sempre que uma das organizações estiver engajada num projecto, a outra deve apoiar;
- iii) O processo de finalização do Memorando de Entendimento entre as CERs e a Comissão da União Africana na área de Paz e Segurança deve ser acelerada;
- iv) A proximidade deve determinar a vantagem comparativa, mas não deverá ser o único factor. Assim, o princípio de vantagem comparativa deve tomar em linha de conta a natureza da crise, o risco de interesses velados, os recursos disponíveis e a eficácia da CER em questão ou da UA;
- v) O MdE deve aplicar um sistema recíproco de participação em reuniões, seminários, e simpósios organizados pelos CERs e pela UA. Nesse contexto, a UA deve ser convidada e participar activamente nas reuniões das CERs, ao mais alto nível e a UA deverá permitir o mesmo em relação as CERs;
- vi) Deve existir um mecanismo permanente para a troca de informação;
- vii) A UA deve usar as CERs para contactar os Estados Membros, enquanto que as CERs deverão usar a UA para estabelecerem contactos com órgãos internacionais tais como as NU e a UE, etc.
- viii) Entre a UA e as CERs deve ser criado um mecanismo de colaboração, para permiti-los expressarem-se com uma só voz, sobre questões de Paz e Segurança;
- ix) Deverão ser criados pontos focais entre a UA e as CERs, para facilitar a coordenação e troca de informação;
- x) A UA e as CERs devem trabalhar de uma maneira concertada, com vista a mobilização dos recursos necessários para a implementação de programas conjuntos;
- xi) Deve-se enfatizar que as brigadas regionais são parte integrante da Força Africana em Estado de Alerta;

- xii) O Presidente da Comissão deve estabelecer contactos com os presidentes das CERs para reforçar a coordenação e harmonização;
- xiii) Deve ser realçado que os CERs são os pilares da Comunidade Económica Africana e não estruturas, mas sim etapas de um processo.

XI. CONCLUSÕES/ENCERRAMENTO

43. A Cerimónia de Encerramento foi presidida pelo Embaixador Humprey Leteka, Representante Permanente do Reino do Lesoto junto da União Africana. Nas suas observações, notou que a Terceira Sessão de Reflexão providenciou uma excelente oportunidade a todos os participantes para a troca de ideias e reflexão profunda, sobre inúmeras questões relativas a Paz e Segurança em África. A troca de pontos de vista lugar numa atmosfera de expressão franca e aberta, que produziu ideias e recomendações excelentes para responder aos desafios de Paz e Segurança em África e para criação de um sistema de mecanismo de Paz e Segurança forte, para o continente.

44. Por fim, agradeceu aos participantes pelas suas contribuições individuais e colectivas, que fizeram com que a Terceira Sessão de Reflexão fosse um sucesso. Estendeu os seus agradecimentos ao Governo da República da África do Sul, ao PNUD, à SaferAfrica, à Comissão da União Africana e a todos aqueles que de uma maneira ou de outra, facilitaram ou contribuíram para a organização, planeamento e sucesso da Sessão de Reflexão, incluindo o pessoal técnico (tradutores, intérpretes, técnicos e pessoal do Hotel). E com essas palavras, desejou a todos os participantes, uma boa viagem de regresso aos seus países e deu por encerrada a Terceira Sessão de Reflexão.

African Union Commission (AUC)

PAPS Digital Repository

<https://papsrepository.africa-union.org/>

Peace and Security Council

Retreat - Conclusions

2004-05-04

Report of the 3rd Brainstorming Retreat of the African Ambassadors in Addis Ababa on the African Union Peace and Security Agenda, 1 - 4 May 2004, Cape Town, South Africa.

Peace and Security Council

African Union Commission

<http://papsrepository.africa-union.org/handle/123456789/1386>

Downloaded from PAPS Digital Repository, Department of Political Affairs, Peace and Security (PAPS)